



**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Relatório de Audiência

Dia: 29 de Novembro de 2007

Hora: 16h00

Local: Sala 8

Entidade: Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

Recebidos pelo **Grupo de Contacto** com a seguinte constituição:

- Senhor Deputado Rui Vieira (PS), que presidiu
- Senhor Deputado Miguel Ginestal (PS)
- Senhor Deputado Jorge Almeida (PS)
- Senhor Deputado Carlos Poço (PSD)
- Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP)
- Senhor Deputado Abel Baptista (CDS-PP)
- Senhora Deputada Ana Drago (BE)

No dia 29 de Novembro de 2007, pelas 16h foi recebida em audiência a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) com o objectivo de fazer entrega do documento relativo ao momento que as Organizações Agrícolas atravessam, nomeadamente no contexto do relacionamento institucional com o MADRP.

A delegação da CNA era constituída pelos Senhores Amândio Freitas, João Vieira, José Lobato e Roberto Mileu e foi recebida pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Rui Vieira e ainda pelos Senhores Deputados Miguel Ginestal (PS), Jorge Almeida (PS), Carlos Poço (PSD), Agostinho Lopes (PCP), Abel Baptista (CDS-PP) e Ana Drago (BE).

O Senhor Presidente saudou a delegação da CNA, dando-lhe de imediato a palavra. O representante da CNA começou por referir que nos últimos doze anos foi promovida a transferência de competências do Estado para as Associações de Agricultores que para tal se tiveram que preparar, quer em termos de meios técnicos, quer em termos de recursos humanos.

De entre os serviços prestados releva-se a divulgação e recepção de candidaturas dos agricultores às ajudas da PAC e a formação profissional através dos Planos Integrados de Formação, no âmbito do programa AGRO.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para a concretização destas atribuições foram sendo contratualizados protocolos com as Associações de Agricultores.

A CNA diz que desde há dois anos se assiste a uma tentativa por parte do actual Governo de marginalização das Organizações de Agricultores, em particular, da CNA e Associados.

Exemplificando o que foi dito é a persistência do MADRP em atrasar muitos meses o pagamento dos reembolsos que deve à CNA e Associados pelas acções de Formação Profissional já realizadas.

Segundo os representantes da CNA a dívida atinge neste momento o montante de 1 milhão e 595 mil euros, o que dificulta obviamente o funcionamento da CNA.

O Senhor Deputado Jorge Almeida saudou a delegação da CNA e referiu quanto aos atrasos de pagamentos às organizações, sobretudo as relativas à formação profissional e as relativas às aos subsídios às raças autóctones serão ultrapassadas, salientou que a reforma do Estado está em curso e com a instalação dos sistemas “on line” afirmou ter a garantia do Ministério de passar a haver pagamentos de forma atempada.

Afirmou ainda que as organizações de agricultores continuarão a ter um papel imprescindível nas candidaturas às ajudas e continuarão a ter sustentabilidade financeira até porque cobram aos agricultores uma percentagem do subsídio atribuído. O Senhor Deputado Jorge Almeida perguntou ainda quantas candidaturas foram feitas às agro-ambientais.

O Senhor deputado Carlos Poço saudou a delegação da CNA e perguntou sobre a dívida e o atraso do pagamento a que tipo de prestação de serviços.

Quanto aos protocolos questionou a delegação da CNA se os mesmos tinham sido alvo de rescisão unilateral por parte do governo ou se as associações tinham sido ouvidas previamente.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes saudou a delegação e afirmou que há certas coisas que já são difíceis de falar de tantas vezes que já foram questionadas e continuar a não haver resolução para os mesmos.

Já várias vezes questionei o Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado e não dão resposta e parece que tão pouco estão preocupados com as consequências que esta situação tem para as associações de agricultores.

Transferiram-se competências para as associações e agora estão confrontadas com esta situação. O que acontece agora aos recursos humanos e aos meios logísticos que as associações dispunham?

O Senhor Deputado Abel Baptista saudou igualmente a delegação da CNA e referiu que algumas destas questões já são recorrentes, este Ministro da Agricultura parece mais um Ministro contra a Agricultura. Por causa de dois ou três agricultores que utilizaram os apoios indevidamente e que pelos vistos não foram penalizados.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Referiu ainda que na sua opinião os agricultores não recebem subsídios, recebem compensações por serviços prestados. No passado recente houve 76 mil candidaturas, agora temos cerca de 13 mil candidaturas aos agro-ambientais o que esta alteração representa em termos territoriais?

Questionou ainda os elementos da CNA se houve ou não por parte do Estado contactos prévios informando que ia denunciar os Protocolos existentes com as associações de agricultores. Referiu ainda que os principais problemas ambientais estão fora do território rural e isso, obviamente, deve-se aos agricultores.

A senhora Deputada Ana Drago saudou e agradeceu à CNA a sua exposição. Afirmou que esta política que penaliza os pequenos agricultores e a agricultura familiar, basta ver a quem o Governo paga, parece baseada numa estratégia concertada e é com luta política que se responde a este tipo de estratégia do Governo.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Rui Vieira questionou a CNA sobre a denúncia de Protocolos e sublinhou que apesar das dificuldades as associações acabaram por recepcionar cerca de 85% das candidaturas. Questionou a CNA se além da percentagem que as associações recebem dos agricultores, ainda recebem algum apoio financeiro do ministério da Agricultura.

Sublinhou ainda que só 2% dos apoios do Orçamento Comunitário vêm para Portugal e questionou se esta situação e os problemas sentidos em geral na agricultura não são também da responsabilidade das associações.

Os representantes da CNA agradeceram as questões colocadas pelos senhores deputados e afirmaram que a CNA tem dado o seu contributo na tentativa de resolução dos problemas sentidos na agricultura portuguesa. Quanto às dívidas à CNA referiram que quem é credor não é culpado e sublinharam que os prazos nunca foram cumpridos, havendo uma diluição da responsabilidade, ninguém querendo assumir as culpas desta situação.

Sabemos que a formação feita do FSE recebe atempadamente, quem faz formação no âmbito da agricultura não recebe, qual a razão para isto acontecer. Quantos aos protocolos não houve aviso prévio por parte do Ministério.

Por último, os representantes da CNA afirmaram que têm reflectido sobre as grandes questões que afectam a agricultura e é agora o chamado “cheque de saúde” à PAC que nos dá razão em muitas das questões que temos levantado nos últimos anos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Rui Vieira agradeceu à delegação da CNA a sua presença e o seu contributo e manifestou a disponibilidade da Comissão e da Subcomissão de Agricultura para receber a CNA sempre que o acharem útil.

Em anexo segue documento entregue pela delegação da CNA.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA
Filiada na Coordenadora Agrícola Europeia – CPE (Bruxelas)

Aos Órgãos de Soberania :

EXPOSIÇÃO // APELO

***O MOVIMENTO ASSOCIATIVO AGRÍCOLA PORTUGUÊS
É INDISPENSÁVEL NA DEFESA DA AGRICULTURA E DO MUNDO RURAL.
POR ISSO, NÃO DEVE SER MARGINALIZADO PELO MADRP E PELO GOVERNO***

Excelências:

- EXPOSIÇÃO -

Durante pelo menos os últimos 12 anos, os vários Governos e seus Ministérios da Agricultura definiram e promoveram - como uma das suas prioridades politicamente assumidas - a passagem de responsabilidades e serviços do Estado e da Administração Pública para as Organizações Agrícolas.

Conscientes das suas próprias responsabilidades perante os Agricultores, a CNA e Associadas assumiram vários desses serviços técnico-profissionais, apesar de terem de o fazer em situações de desvantagem comparativamente com outras Organizações com ligações ao Sector, as quais foram institucionalmente privilegiadas com apoios de toda a ordem.

De entre os principais serviços intermediados, está a Divulgação e a Recepção de Candidaturas dos Agricultores às Ajudas da PAC, e está a Formação Profissional, neste caso, para a CNA e Associadas, através dos PIF – Planos Integrados de Formação, no âmbito do programa AGRO do MADRP.

Para tais efeitos, nos últimos anos, foram sendo aprovados projectos institucionais e discutidos e celebrados "Protocolos" específicos entre o(s) Governo(s) e as Organizações Agrícolas, de entre as quais a CNA.

E os próprios Governantes sempre consideraram como muito eficaz o desempenho técnico-operativo das Organizações Agro-Rurais que, para o efeito, actuaram de forma generosa no contexto de uma intensa "trabalheira".

Sede Rua do Brasil, 155 • 3030-175 Coimbra • tel 239 708960 • fax 239 715370 • url www.cna.pt • e-mail cna@cna.pt
Delegação Lisboa Rua do Salitre, 171-1º • 1250-199 Lisboa • tel 21 3867335 • fax 21 3867336 • e-mail cna.lisboa@cna.pt
Delegação Bruxelas Place Bara, 18 – Entresol • 1070 Bruxelas • tel 003225273789 • fax 003225273790

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No geral, estava pois normalizado este importante aspecto de relacionamento institucional entre o Sector, os representantes dos Agricultores e o Órgão de Soberania Governo (e respectivo Ministério da Agricultura).

Porém, sobretudo desde há dois anos, assiste-se a uma tentativa, por parte do actual Governo e do Ministro da Agricultura em particular, de marginalização das Organizações Agro-Rurais. Processo que, objectivamente e a pretextos vários, assume contornos de um verdadeiro ataque desferido contra as Organizações Agrícolas e, em especial, contra a CNA e Associadas.

Naquilo que diz respeito à prestação de serviços técnico - profissionais aos Agricultores, o MADRP agora até se propõe a chamar a si, de novo, a prestação de alguns serviços que, antes, passou para as Organizações. Por exemplo, a recepção de candidaturas às Ajudas da PAC. Porém, no muito recente e contraditório "período especial" (imposto pelo MADRP...) de recepção de candidaturas às novas Medidas Agro-Ambientais, supostamente já no quadro do PDR / ProDeR, os serviços das Direcções Regionais de Agricultura apenas receberam cerca de 5% do total das 12 800 candidaturas, enquanto que as Organizações Agrícolas recebiam 95%...

Simultaneamente, o MADRP está a recusar compensar financeiramente as OA's pela prestação desses serviços e, portanto, está a recusar discutir e celebrar novos "Protocolos" específicos como se vinha fazendo. E, quando instados para se saber quem vai pagar os custos dos serviços a prestar, os responsáveis pelo MADRP acabam por responder que devem ser os Agricultores a pagá-los...

Quanto à Formação Profissional, o PDR/ProDer configura um novo enquadramento técnico - financeiro que virá impedir o acesso de milhares de Agricultores à Formação Profissional, e que virá criar um contexto hostil à prestação desse serviço por parte das OA's.

Entretanto, o MADRP persiste em atrasar muitos meses o pagamento dos reembolsos que deve à CNA e Associadas pelas acções de Formação Profissional já realizadas. Neste momento, essa dívida "crónica" ascende já a 1 milhão e 595 mil Euros, o que, sabe-se, **é verdadeiramente asfixiante**. Aliás, o MADRP e o Governo nem sequer cumprem com algumas das suas periódicas promessas de pagamentos "às prestações".

Perante o exposto - e muitos mais exemplos se poderia acrescentar - é legítimo concluir que, mais do que criarem esporádicos obstáculos, o MADRP e o Governo estão a dirigir, de facto, um ataque global ao Movimento Associativo Agrícola, embora com "gradações" diferentes, digamos assim, consoante cada caso e cada uma das OA's nacionais.

Portanto, esta situação anómala "apenas" contribui para agravar ainda mais todos os problemas da Lavoura e do nosso Mundo Rural.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Mesmo quando aceita "dialogar", nomeadamente até sobre os "dossiês" agrícolas, o MADRP acaba por não considerar as principais propostas e opiniões que pelo menos a CNA lhe apresenta sistematicamente.

De outras vezes, e ao contrário de compromissos assumidos até publicamente, o MADRP acaba por nem sequer "dialogar" sobre importantes aspectos como aconteceu com a aplicação da "modulação voluntária" das Ajudas da PAC.

Acresce que tudo isto se desenrola quando se vive um momento de particular importância para o Sector, com todas as grandes alterações recentemente ocorridas e com aquelas que se prevê venham a ocorrer no curto prazo no âmbito das políticas agrícolas (e de mercados), a nível nacional e internacional.

Ao mesmo tempo, o comportamento institucional do MADRP e do Governo -- que tende cada vez mais para a marginalização das Organizações Agro-Rurais e da Agricultura Familiar -- esse comportamento institucional, consideramos, viola as normas democráticas e constitucionais.

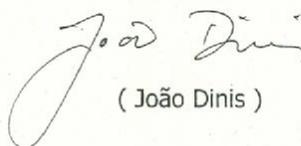
- APELO -

Assim, apela-se para Vossas Excelências no sentido de que, no âmbito das respectivas funções e competências, também intervenham com o objectivo de alterar e corrigir o actual comportamento institucional do MADRP e do Ministro da Agricultura em particular.

Com os melhores cumprimentos.

Lisboa, 29 de Novembro de 2007

Pel' A Direcção Nacional da CNA



(João Dinis)